

ÍNDICE

	Pgs.
NOTA PRÉVIA	5
INTRODUÇÃO	9
1. Em busca da certeza jurídica	9
2. Noção de registo	13
3. Objeto e espécies do registo	16
4. Força probatória dos registos	18
5. Modalidades de registos	19
6. Forma dos atos de registo	20
7. Organização dos registos	21
7.1. Conservatórias e serviços de registo	21
7.2. Balcões «SIR»; Balcão de Heranças e Divórcio com Partilha	25
8. Noção de atos notariais	25
9. Força probatória dos documentos com intervenção notarial	26
10. Organização do notariado	26
11. Fé pública	27
CAPÍTULO I – REGISTO CIVIL	29
1. Objeto do registo civil	29
1.1. Estado civil e estado pessoal	29
1.2. Enquadramento legal	30
2. Factos sujeitos a registo	30
2.1. Factos sujeitos a registo obrigatório	31
2.2. Factos sujeitos a registo facultativo	35
3. Efeitos do registo	36
3.1. Presunção de verdade e oponibilidade a terceiros	36
3.2. Prova dos factos sujeitos a registo	37

3.3. Impugnação em juízo dos factos sujeitos a registo	37
4. Vícios do registo	38
4.1. Inexistência	38
4.2. Nulidade	40
4.3. Irregularidade	41
4.4. Cancelamento do registo	41
4.5. Retificação do registo	43
4.6. Suprimento da omissão do registo	44
5. Atos de registo em geral	43
5.1. Assentos	45
5.2. Averbamentos	46
5.3. Intervenientes nos atos de registo	48
5.4. Instrução de atos e de processos de registo	50
5.5. Pedidos online de atos e de processos de registo	51
6. Atos de registo em especial	52
6.1. Nascimento	52
6.1.1. Declaração de nascimento	52
6.1.2. Execução do registo	54
6.1.3. Conceito de naturalidade	57
6.1.4. Nome: indicação, composição e alteração	57
6.2. Filiação	65
6.2.1. Maternidade	65
6.2.2. Paternidade	67
6.2.3. Perfilhação	68
6.2.4. Novo assento de nascimento	69
6.3. Casamento	70
6.3.1. Processo de casamento	70
6.3.2. Celebração do casamento	77
6.3.3. Efeitos do registo do casamento	92
6.4. Óbito	92
6.4.1. Declaração e certificado do óbito	92
6.4.2. Assento de óbito	95
6.4.3. Óbitos ocorridos em viagem ou em acidente	97
7. Procedimento de reconhecimento jurídico da identidade de género	99
8. Procedimentos simplificados de sucessão hereditária	101
8.1. Disposições gerais	101
8.2. Procedimentos de habilitação de herdeiros, partilha e registos	105
8.3. Procedimentos de habilitação de herdeiros com ou sem registos	106
8.4. Procedimento de partilha e registos	106
8.5. Pedidos complementares e diligências subsequentes	106

8.6. Indeferimento ou desistência dos procedimentos	107
8.7. Impugnação da habilitação	108
9. Organização do registo civil	108
9.1. Órgãos do registo civil e suas competências	108
9.2. Suportes e reconstituição dos atos e processos de registo	114
10. Publicidade e meios de prova	115
10.1. Publicidade	115
10.2. Meios de prova	115
11. Processos privativos e procedimentos do registo civil	120
11.1. Espécies de processos e procedimentos	120
11.2. Disposições gerais de instrução dos processos privativos	121
11.3. Processos comuns	124
11.3.1. Justificação judicial	124
11.3.2. Justificação administrativa	126
11.4. Processos especiais	126
11.4.1. Impedimento de casamento	126
11.4.2. Dispensa de impedimentos	127
11.4.3. Suprimento da autorização para casamento de menores	128
11.4.4. Sanação da anulabilidade por falta de testemunhas	128
11.4.5. Suprimento da certidão de registo	129
11.4.6. Divórcio e separação de pessoas e bens por mútuo consentimento	130
11.4.7. Partilha do património conjugal	135
11.4.8. Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo	138
11.4.9. Alteração de nome	139
11.5. Procedimentos da competência exclusiva do conservador	140
11.6. Procedimento tendente à formação de acordo das partes	141
11.7. Decisões proferidas noutros Estados-membros da União Europeia	143
12. Impugnação das decisões do conservador	148
13. Responsabilidade civil, penal e disciplinar	149

CAPÍTULO II – REGISTO COMERCIAL 151

1. Objeto do registo comercial	151
1.1. Âmbito	151
1.2. Enquadramento legal	154
1.3. Registo especial das fundações	155
1.4. Constituição imediata de associações (Associação na hora)	157
2. Princípios orientadores do registo comercial	158
2.1. Princípio da instância	158

2.2.	Princípio da tipicidade	162
2.3.	Princípio da presunção da verdade registal	162
2.4.	Princípio da publicidade	163
2.5.	Princípio da especialidade	163
2.6.	Princípio da legalidade	164
2.7.	Princípio da prioridade	164
2.8.	Princípio do trato sucessivo	165
3.	Factos e ações sujeitos a registo	166
3.1.	Comerciantes individuais	166
3.2.	Sociedades comerciais e sociedades civis sob forma comercial	167
3.3.	Sociedades anónimas europeias	169
3.4.	Cooperativas	170
3.5.	Empresas públicas (entidades públicas empresariais); empresas locais	170
3.6.	Agrupamentos complementares de empresas	171
3.7.	Agrupamentos europeus de interesse económico	171
3.8.	Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada	172
3.9.	Outros factos sujeitos a registo	172
3.10.	Pessoas coletivas de utilidade pública	173
3.11.	Ações, decisões, procedimentos e providências cautelares	174
3.12.	Prazos e sanções	176
4.	Efeitos do registo	177
4.1.	Presunções derivadas do registo	177
4.2.	Eficácia dos factos entre as partes, independentemente do registo	179
4.3.	Oponibilidade a terceiros	180
4.4.	Caducidade dos registos	182
4.5.	Cancelamento dos registos	183
5.	Vícios do registo	184
5.1.	Nulidade	184
5.2.	Inexatidão	185
6.	Atos de registo	186
6.1.	Formas e âmbito	186
6.1.1.	Depósito de documentos	186
6.1.2.	Registo por transcrição e registo por depósito	188
6.1.3.	Âmbito do registo	188
6.1.4.	Factos registados por depósito	190
6.1.5.	Menções do registo por depósito	192
6.1.6.	Factos registados por transcrição	192
6.2.	Matrícula	195
6.2.1.	Menções	196

6.2.2.	Abertura e cancelamentos	197
6.3.	Inscrições	198
6.3.1.	Objeto	198
6.3.2.	Menções gerais	199
6.3.3.	Menções especiais	199
6.3.4.	Espécies de inscrições	199
6.3.5.	Inscrições provisórias por natureza	199
6.3.6.	Inscrições provisórias por dúvidas	200
6.3.7.	Prazo de vigência das inscrições provisórias	201
6.4.	Averbamentos	202
6.5.	Anotações	204
6.6.	Publicações obrigatórias	204
7.	Organização do registo comercial	209
7.1.	Competência genérica das conservatórias do registo comercial	209
7.2.	Competência territorial das conservatórias do registo comercial	209
7.3.	Suportes documentais do registo	211
8.	Processo de registo	213
8.1.	Primeiro registo	213
8.2.	Processo do registo por depósito	214
8.3.	Rejeição do pedido de registo por depósito	215
8.4.	Processo do registo por transcrição	216
8.4.1.	Apresentação	216
8.4.2.	Suprimento de deficiências	219
8.4.3.	Omissão de anotação da apresentação	221
8.5.	Titulação	221
8.5.1.	Documentos a apresentar para o registo por transcrição	221
8.5.2.	Comerciante individual e estabelecimento individual de responsabilidade limitada	224
8.5.3.	Sociedades comerciais e civis sob forma comercial	225
8.5.4.	Regime especial de constituição imediata de sociedades (empresa na hora)	227
8.5.5.	Regime especial de constituição on-line de sociedades	234
8.5.6.	Sociedades anónimas europeias	242
8.5.7.	Entidades públicas empresariais	243
8.5.8.	Cooperativas	243
8.5.9.	Regime especial de constituição imediata de cooperativas (cooperativa na hora)	244
8.5.10.	Agrupamentos complementares de empresas	247
8.5.11.	Agrupamentos europeus de interesse económico	248
8.5.12.	Representações permanentes	248

8.5.13. Registo da prestação de contas; Informação Empresarial Simplificada	250
8.5.14. Registo provisório de ação e de procedimento cautelar	253
8.6. Rejeição da apresentação	253
8.7. Recusa do registo por transcrição	254
8.8. Prazo legal para a feitura dos registos	257
8.9. Competência para a feitura dos registos	257
8.10. Procedimentos de constituição imediata de associações	258
9. Publicidade e prova do registo	262
9.1. Carácter público do registo	262
9.2. Meios de prova	264
10. Suprimento, retificação e reconstituição do registo	267
10.1. Procedimento simplificado de justificação	267
10.2. Retificação	268
10.3. Reconstituição	271
11. Impugnação das decisões do conservador	272
11.1. Formas de impugnação e prazo	272
11.2. Sustentação ou reparação da decisão	272
11.3. Recurso hierárquico	273
11.4. Impugnação judicial	273
11.5. Erro de conta e recusa de emissão de certidões	274
11.6. Efeitos da impugnação	274
11.7. Tramitação, comunicações e notificações por via eletrónica	275
12. Deveres relativos ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo	275
13. Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais	276
13.1. Âmbito de aplicação	276
13.2. Procedimento administrativo de dissolução	277
13.3. Procedimento administrativo de liquidação	280
13.4. Procedimento especial de liquidação imediata de entidades comerciais	284
CAPÍTULO III – REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS	287
1. Funções e competências do RNPC	287
2. Princípios orientadores da admissibilidade de firmas e denominações	289
2.1. Princípio da verdade	289
2.2. Princípio da novidade	291
2.3. Princípio da exclusividade	293
2.4. Princípios da prioridade e da instância	294

3. Regras especiais de composição das firmas e denominações	294
3.1. Associações e fundações	294
3.2. Sociedades civis sob forma civil	295
3.3. Sociedades de profissionais sujeitas a associações públicas profissionais	296
3.4. Comerciantes individuais	296
3.5. Empresários individuais não comerciantes	297
3.6. Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada	297
3.7. Sociedades comerciais e sociedades civis sob forma comercial	297
3.8. Outras pessoas coletivas	299
3.9. Expressões obrigatórias em função do objeto social	300
4. Exigibilidade de certificado de admissibilidade de firma ou denominação	303
4.1. Celebração de atos	303
4.2. Registo comercial ou inscrição no FCPC	304
5. Pedido de certificado de admissibilidade de firma ou denominação	305
5.1. Formas de pedido	305
5.2. Procedimentos de observância do princípio da prioridade	306
5.3. Disponibilização do certificado	306
6. Valor do certificado; perda do direito a firma ou denominação	307
6.1. Validade e presunção de exclusividade	307
6.2. Perda do direito ao uso de firma ou denominação	307
7. Inscrição de pessoas coletivas e entidades equiparadas	308
7.1. Entidades inscritas no Fichero Central de Pessoas Coletivas (FCPC)	308
7.2. Factos inscritos no FCPC	310
7.3. Número de identificação de pessoa coletiva (NIPC); identificador único europeu (EUID)	312
7.4. Cartão de empresa e cartão de pessoa coletiva	314
7.5. Certidão online de pessoa coletiva	316
7.6. Base de dados do FCPC	317
8. Impugnação das decisões em matéria de atribuição de firmas ou denominações	320
8.1. Recurso hierárquico e impugnação judicial	320
8.2. Resolução alternativa de litígios	322
9. Registo de pessoas coletivas religiosas (RPCR)	323
9.1. Âmbito pessoal do RPCR	323
9.2. Procedimentos de registo no RPCR	324
9.3. Atos de registo	325
9.4. Registo de radicação no País	326
9.5. Direito subsidiário	326

10. Registo de pessoas coletivas canónicas (RPJC)	326
10.1. Âmbito pessoal do RPJC	327
10.2. Requisitos e formalidades de inscrição no registo	327
10.3. Extinção de pessoas jurídicas canónicas	328
10.4. Atos de registo	328
10.5. Identificação e denominação	328
10.6. Proteção e comunicação dos dados	329
 CAPÍTULO IV – REGISTO PREDIAL	 331
1. Objeto do registo predial	331
1.1. Conceito de prédio	331
1.2. Classificação dos prédios quanto à sua natureza	335
1.3. Natureza dos lotes para construção e dos logradouros	339
1.4. Bens do domínio público	342
1.5. Baldios	348
1.6. Bens culturais	352
1.7. Enquadramento legal do registo predial	354
2. Princípios orientadores do registo predial	354
2.1. Princípio da instância	355
2.2. Princípio da tipicidade	356
2.3. Princípio da presunção da verdade registal	357
2.4. Princípio da publicidade	358
2.5. Princípio da especialidade	358
2.6. Princípio da legalidade	359
2.7. Princípio da prioridade	360
2.8. Princípio da legitimação de direitos	361
2.9. Princípio do trato sucessivo	363
3. Factos e ações sujeitos a registo	365
3.1. Factos sujeitos a registo	365
3.2. Ações, decisões e procedimentos sujeitos a registo	368
3.3. Obrigatoriedade do registo; prazos e sanções	375
4. Efeitos do registo	378
4.1. Presunções derivadas do registo	378
4.2. Eficácia dos factos entre as partes, independentemente do registo	378
4.3. Oponibilidade a terceiros	379
4.4. Cessação dos efeitos do registo	390
5. Vícios do registo	392
5.1. Inexistência	392
5.2. Nulidade	393
5.3. Inexatidão	397

6. Atos de registo	398
6.1. Descrição	398
6.2. Averbamentos à descrição	404
6.3. Referências matriciais e toponímicas	405
6.4. Inscrições	413
6.5. Averbamentos à inscrição	422
6.6. Anotações	425
7. Organização do registo	425
7.1. Órgãos e sua competência	425
7.2. Suportes documentais do registo	426
8. Processo de registo	428
8.1. Apresentação	428
8.2. Titulação	440
8.2.1. Prova da situação matricial	441
8.2.2. Prova documental	441
8.2.3. Requisitos do título comprovativo	442
8.2.4. Declarações para registo e declarações complementares	444
8.2.5. Aquisição por compra e venda ou por doação	445
8.2.6. Compra e venda com mútuo concedido por instituição de crédito	450
8.2.7. Procedimento especial de transmissão, oneração e registo de prédios (“Casa Pronta”)	452
8.2.8. Propriedade horizontal	460
8.2.9. Direito real de habitação periódica	464
8.2.10. Aquisição por usucapião; mera posse	465
8.2.11. Usufruto; uso e habitação; direito de superfície	466
8.2.12. Servidão	466
8.2.13. Hipoteca	467
8.2.14. Registo provisório de aquisição de um direito ou de constituição de hipoteca	469
8.2.15. Penhora e aquisição por venda em processo judicial	469
8.2.16. Aquisição em comum e sem determinação de parte ou direito	471
8.2.17. Afetação de imóveis	472
8.2.18. Renúncia a indemnização	472
8.2.19. Registo provisório de ação, de procedimento cautelar e de decisões judiciais	472
8.2.20. Operações de transformação fundiária	475
8.2.21. Contrato para pessoa a nomear	480
8.2.22. Locação financeira de imóveis	481

8.2.23. Consignação de rendimentos	481
8.2.24. Arrendamento por mais de seis anos	482
8.2.25. Cancelamento de registos	482
8.3. Procedimentos de registo	484
8.3.1. Qualificação	484
8.3.2. Recusa do registo	484
8.3.3. Correção de deficiências; desistência do registo	488
8.3.4. Prazo e competência para a feitura dos registos	490
9. Informação cadastral simplificada	490
9.1. Âmbito do projeto	490
9.2. Procedimento de representação gráfica georreferenciada (RGG)	492
9.3. Procedimento especial de registo de prédio rústico e misto omissivo	494
9.4. Procedimento especial de justificação de prédio rústico e misto omissivo	496
9.5. Disposições comuns	498
9.6. Balcão Único do Prédio	499
9.7. Procedimento de identificação, reconhecimento e registo de prédio sem dono conhecido	500
10. Publicidade e meios de prova	502
10.1. Carácter público do registo	502
10.2. Meios de prova	505
10.3. Informação predial simplificada	508
11. Suprimento, retificação e reconstituição do registo	509
11.1. Suprimento	509
11.1.1. Justificação relativa ao trato sucessivo	510
11.1.2. Outros casos de justificação	516
11.1.3. Justificação relativa a prédios abrangidos por emparcelamento	517
11.1.4. Procedimentos de justificação relativamente a bens imóveis do domínio privado do Estado, institutos públicos, regiões autónomas e autarquias locais	519
11.1.5. Suprimento em caso de arresto, penhora ou apreensão	529
11.2. Retificação do registo	529
11.3. Reconstituição do registo	536
12. Impugnação das decisões do conservador	537
12.1. Recurso do despacho de recusa ou de provisoriedade	537
12.2. Impugnação da recusa de emissão de certidões	539
12.3. Efeitos da impugnação	539
13. Notificações e contagem dos prazos	540
14. Pagamento de emolumentos e outras quantias	541

15. Deveres relativos ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo	542
16. Responsabilidade civil e criminal	548
17. Direito subsidiário	548
CAPÍTULO V – REGISTO DE BENS MÓVEIS	549
I – REGISTO DE VEÍCULOS	551
1. Enquadramento legal e objeto	551
1.1. Enquadramento legal	551
1.2. Âmbito e objeto do registo	551
2. Factos e ações sujeitos a registo	552
2.1. Factos sujeitos a registo	552
2.2. Ações e decisões sujeitas a registo	553
2.3. Factos sujeitos a registo obrigatório	554
2.4. Registo definitivo	554
3. Certificado de matrícula	555
4. Organização do registo	555
5. Processo de registo	556
5.1. Requerimento do registo	556
5.2. Prazo para efetuar o requerimento	557
5.3. Registo inicial de propriedade	558
5.4. Registo posterior de propriedade	560
5.5. Regimes específicos de promoção de atos de registo	561
5.6. Registo de hipoteca e apreensão do veículo	562
5.7. Registo de penhora e arresto	564
5.8. Penhora eletrónica de veículos	564
5.9. Registo de outros factos	565
5.10. Procedimentos de registo	566
5.11. Recusa do registo	567
6. Publicidade e meios de prova	567
6.1. Carácter público do registo	567
6.2. Meios de prova	570
6.3. Certidão on-line	570
7. Impugnação das decisões do conservador	571
8. Regime supletivo	571
II – REGISTO DE NAVIOS	572
1. Enquadramento legal e objeto	572
1.1. Regime jurídico do registo de navios	572
1.2. Conceito de navio	573

2. Factos e ações sujeitos a registo	575
3. Registo obrigatório	575
4. Organização do registo	576
4.1. Órgãos e suas competência	576
4.2. Suportes documentais	576
5. Atos de registo	576
5.1. Matrícula	576
5.2. Inscrições	577
5.3. Titulação	577
6. Regime supletivo	579
 III – REGISTO DE AERONAVES	 580
1. Enquadramento legal	580
2. Registo Aeronáutico Nacional	580
 CAPÍTULO VI – NOTARIADO	 583
1. A função notarial	583
1.1. Objeto	583
1.2. Exercício da atividade notarial	585
1.3. Princípios enformadores da atividade notarial	586
1.4. Desempenho excecional de funções notariais	587
2. Competência do notário	592
2.1. Competência funcional	592
2.2. Competência territorial	595
2.3. Cartórios notariais de competência específica	596
2.4. Impedimentos do notário e dos seus colaboradores	597
3. Deveres relativos ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo	598
4. Atos notariais em geral	601
4.1. Instrumentos notariais	601
4.2. Requisitos gerais dos instrumentos notariais	606
4.3. Requisitos especiais dos instrumentos notariais	613
4.3.1. Menções relativas ao registo predial e à matriz predial	614
4.3.2. Licença de utilização	616
4.3.3. Ficha técnica de habitação	618
4.3.4. Certificação energética	619
4.3.5. Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	621
4.3.6. Intervenção de mediador imobiliário	622
4.3.7. Harmonização entre a descrição predial e a inscrição matricial	623

4.3.8. Propriedade horizontal	624
4.3.9. Transmissão de imóveis do domínio do Estado, institutos públicos, regiões autónomas e autarquias locais	626
5. Atos notariais em especial	627
5.1. Escrituras públicas	627
5.2. Escrituras especiais	628
5.2.1. Habilitação de herdeiros	628
5.2.2. Justificação relativa ao trato sucessivo no registo predial	630
5.2.3. Justificação para fins do registo comercial	634
5.2.4. Requisitos comuns às justificações notariais	635
5.3. Testamentos	638
5.3.1. Capacidade de testar; forma dos testamentos	638
5.3.2. Testamentos públicos e testamentos cerrados	640
5.3.3. Testamentos de militares e pessoas equiparadas	641
5.3.4. Testamentos feitos a bordo de navios ou aeronaves ou em caso de calamidade pública	642
5.3.5. Testamentos internacionais	643
5.3.6. Certidão sobre a existência de testamentos públicos, instrumentos de aprovação, de depósito e abertura de testamentos cerrados e internacionais, escrituras de revogação de testamentos e de renúncia ou repúdio de herança ou legado	645
5.4. Procurações e substabelecimentos	646
5.5. Protesto de letras e outros títulos	647
5.6. Atas de reuniões de órgãos sociais	649
5.7. Autenticação de documentos particulares	650
5.8. Reconhecimentos	651
5.9. Certificados	653
5.10. Certidões e públicas-formas	653
5.11. Conferência de fotocópias	655
5.12. Traduções	656
6. Livros e índices	656
6.1. Livros	656
6.2. Índices	657
7. Nulidades e revalidação dos atos notariais	659
7.1. Nulidades	659
7.2. Revalidação	661
8. Recusas e recursos	662
8.1. Recusas	662
8.2. Recursos	653

ÍNDICE

9. Segredo profissional	663
10. Responsabilidade dos funcionários notariais	664

BIBLIOGRAFIA	667
--------------	-----

ÍNDICE	671
--------	-----